

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC)

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. Permitida a cópia xerox. A citação deve ser textual, com indicação de fonte conforme abaixo.

PINTO, Luiz Fernando da Silva. *Luiz Fernando Pinto II (depoimento, 2001)*. Rio de Janeiro, CPDOC/MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2002.

Esta entrevista foi realizada na vigência de convênio entre CPDOC-FGV e MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

LUIZ FERNANDO PINTO II
(depoimento, 2001)

Ficha Técnica

tipo de entrevista: temática

entrevistador(es): Angela Maria de Castro Gomes; Dulce Chaves Pandolfi

levantamento de dados: Angela Maria de Castro Gomes; Dulce Chaves Pandolfi

pesquisa e elaboração do roteiro: Angela Maria de Castro Gomes; Dulce Chaves Pandolfi

técnico de gravação: Clodomir Oliveira Gomes

local: Rio de Janeiro - RJ - Brasil

data: 18/12/2001

duração: 1h 35min

fitas cassete: 02

páginas: 23

Entrevista realizada no contexto do projeto "Memória da assistência social no Brasil: constituição de banco de entrevistas", desenvolvido em convênio com o Ministério da Previdência e Assistência Social através de sua Secretaria de Estado de Assistência Social, entre 2001 e 2002, com o objetivo de constituir um acervo de depoimentos sobre o tema a ser disponibilizado no CPDOC e no Centro de Referência e Estudos da Assistência Social.

Sumário

Entrevista: 18.12.2001

Fita 1-A: Data e local de nascimento; formação escolar; ingresso na Escola Nacional de Engenharia; estágio na Consultec com Mário Henrique Simonsen (1961); evolução dos trabalhos com Simonsen; primeiros estudos voltados para a área social (1974); trabalhos desenvolvidos para a Secretaria de Assistência Social sobre sistema previdenciário e a situação da LBA; o ministro Nascimento e Silva promove modernização para viabilizar continuação da LBA; Luiz Fernando assume a presidência da Legião (1976); descrição da LBA como “casa extraordinária”; liberdade para constituir equipe; resultados do estudo realizado sobre a LBA; administração de Dona Holanda Costa e Silva; sua nomeação à presidência da LBA como estratégia do governo (indicado por Simonsen, Nascimento e Silva e Golbery); LBA “parada no tempo”: realizara grandes obras, mas sem “efeito massa”; recomposição dos quadros da LBA: recuperação de patrimônio, promoção de concursos; Projeto Casulo (origens, funcionamento, evolução, inovações); importância da creche para a população carente; considerações sobre o assistencialismo; significado do trabalho em Assistência Social; regiões privilegiadas na implantação do Projeto Casulo; importância de Adail Moraes para o voluntariado na LBA; manutenção das diretorias estaduais da LBA como um meio de evitar interposições políticas; racionalidade econômica na LBA; projeto de massa surge no MOBRAL, com Mário Henrique Simonsen, e é transposto para a LBA; interesse do governo em promover instituição competente na área social; preconceitos contra a LBA; projetos padrão (Casulo, Complementarão Alimentar) substituem casuísmo; administração de Luiz Fernando não enfrenta resistências; explicações sobre a nova organização da LBA; velocidade de implantação do projeto de massa e entusiasmo em relação a ele; intenções do governo de colocar a LBA e o MOBRAL sob comando direto do Planalto; LBA e MOBRAL citadas em discurso do presidente Figueiredo como instituições para alavancagem social; Mário Henrique Simonsen deixa o governo: adiamento dos projetos; nomeações na LBA e resposta positiva dos funcionários durante a gestão Luiz Fernando.

Fita 1-B: Promoção salarial na LBA durante a gestão Marcos Vinícius Vilaça; criação do Ministério da Previdência e Assistência Social; interesse de Geisel por atendimento e alavancagem social; estatuto de 1978 coloca LBA como cabeça do sistema de assistência; “cardeais da previdência” se opõem aos gastos de recursos previdenciários em assistência; assistência como investimento necessário e a longo prazo; criação dos SINPAS (Sistema Nacional de Assistência e Previdência Social); transferência de hospitais e convênios para o INAMPS: enfraquecimento da assistência materno- infantil da LBA; visão e convivência do entrevistado com os “cardeais da previdência”; trabalho com grupos tradicionalmente excluídos da previdência; origem do conceito de “quarto extrato”; desentendimento com o ministro Cair Soares; Luiz Fernando deixa LBA (governo Figueiredo); trabalho junto ao Conselho de Desenvolvimento Social; tensões no Ministério da Previdência e Assistência Social; sucessos dos programas de Complementação Alimentar, Casulo, Registro Civil; afirmação de que o objetivo era atender a comunidade, não tendo dimensão exata dos interesses políticos por trás da implementação dos programas; depoimento na CPI das loterias esportivas; benefícios do Projeto Casulo: crença de que modificaria a realidade social no Brasil; explicação sobre o conceito de “produto nacional comunitário”; pré disposição brasileira ao trabalho comunitário; mágoa pelo abandono do Projeto Casulo.

Fita 2-A: Implantação do Projeto Casulo: simplicidade da implantação, monitoramento, obras, pedidos, papel das comunidades; Nascimento e Silva anuncia por engano a instalação de 600 creches; supervisão das creches a cargo da LBA; importância da supervisão permanente; caderno

de encargos mínimos; Projeto Marco (Múltipla Ação Regional Comunitária); propostas orçamentárias; Projeto Casulo é apontado como revolução social rápida de grande escala; “conspiração de vértice”: interesse de Geisel, Simonsen e Nascimento e Silva pelo social; grande momento da assistência (1978), seguido por perda de interesse por parte dos governos seguintes; poder dos ministros da Casa Civil; informações sobre os programas de Habilitação Legal e Complementação Alimentar; relação igrejas–obras comunitárias; oposição do Ministério da Saúde ao complemento alimentar; comentário sobre sua experiência na LBA; lamento pela desfiguração dos programas de alavancagem social; comentários sobre o programa Comunidade Solidária e a extinção da LBA; o livro “Social Inadiável”, de sua autoria, sobre indicadores de condicionamento social.

Fita 2-B: Extinção da LBA: Mário Henrique Simonsen comenta que a alavancagem comunitária “desencarna” aí; sociedade confunde assistência e assistencialismo: preconceitos e oposições; reafirmação da eficácia e lástima pelo abandono do Projeto Casulo; os momentos de auge da Assistência Social: no Brasil a atuação de Dona Darcy Vargas e o governo Geisel; suas contribuições à assistência social; observações finais.

1ª Entrevista: 18.12.2001

Dr. Fernando, vamos começar perguntando o seu nome completo, local de nascimento...

Meu nome é Luiz Fernando da Silva Pinto e eu nasci em 27 de janeiro de 1941. Sou carioca. Iniciei os meus estudos numa escola pública chamada Henrique Dodsworth, no Jardim de Alá, aqui no Rio de Janeiro. Em seguida, fiz concurso para o Colégio Pedro II, onde estudei o ginásio. O segundo grau, fiz todo no Colégio Santo Inácio. De lá – como os garotos do Santo Inácio, passavam em todos os vestibulares –, eu fui para a Escola Nacional de Engenharia, já orientado por Simonsen, buscando o curso de engenharia econômica. A minha turma foi uma dissidência, no sentido de que não fomos para a PUC. Muitos daquele ano do Santo Inácio foram para a Escola de Engenharia.

Ainda na Escola Nacional de Engenharia, a partir do terceiro ano fui para a Consultec, trabalhar com o Mário Henrique Simonsen. Como ele dizia, eu cheguei lá para ser *escraviário* dele, uma combinação de escravo com estagiário. Isso foi em 1961. Até 1964, eu comecei varrendo sala e terminei como primeiro projetista da equipe do Simonsen. E tive oportunidade de realizar estudos com ele, de 1970 a 1980. Em 1974 ele foi para o ministério. Até aquele momento, eu era basicamente um engenheiro com especialização em engenharia econômica trabalhando em projetos econômicos. Em 1974, fui convidado para desenvolver dois estudos: um curso de Projetos Sociais do Mobral e um estudo sobre nivelamento econômico no Mobral. Esse foi o meu ingresso na área social. Já tinha tido um projeto razoavelmente pesado na área social, que foi o Plano Diretor de Poços de Caldas, onde vários temas ligados à área social, como nutrição e outros, ficaram sob a minha coordenação.

Nesses dois estudos, o senhor estava ligado ao escritório do Simonsen?

Não.

Quem pediu para o senhor fazer esses estudos? Qual a origem deles em termos profissionais?

Basicamente estavam ambos ligados, se a minha memória não falha, à Consultec. Esses estudos deram uma certa visibilidade a minha pessoa como um homem de instrumental econômico que estava indo para a área social.

Quem estava à frente da Consultec?

Naquela época, era o Flores. O Jorge Oscar de Melo Flores era o presidente e gerente maior e meu pai, Mário da Silva Pinto, o superintendente operacional. Mas o curioso é que, pelo menos durante os primeiros 14, 15 anos da Consultec, trabalhei muito pouco com meu pai. Eu trabalhava na equipe do Simonsen. Então, esses dois trabalhos, em que fui coordenador, me deram uma determinada visibilidade na área social. Em 1975, fui chamado pelo Marcos de Carvalho Candau para realizar uma série de trabalhos para a Secretaria de Assistência Social, que ele coordenava. Foram dois trabalhos principais. O primeiro foi o modelo de nivelamento do sistema previdenciário, em que eu trabalhei vários meses ao lado de outro consultor. E, em seguida, me convidaram, dentro desse mesmo pacote, para uma consultoria individual em um estudo sobre a LBA.

O estudo que fiz caracterizava qual seria o estado da arte da LBA naquele momento. No final de 1975, ou 1976, o ministro Luiz Gonzaga do Nascimento e Silva, então ministro da Previdência, decidiu dar um choque estratégico na LBA. Ele resolveu dar uma última

chance à LBA: ou fechava ou continuava. E eu fui convidado para assumir a presidência, o que aconteceu em abril de 1976. Então, era muito moço na época, tinha acabado de fazer 36 anos. Talvez fosse um dos nomes do segundo escalão mais jovens do governo Geisel, se não o mais jovem no momento. E assumi a LBA, já devidamente envenenado, entre aspas, envolvido por sua má performance. Mas lá chegando, com duas ou três semanas verifiquei, que a LBA era uma casa extraordinária, um canteiro de boas realizações. Constituí a minha equipe com muita liberdade – a sede oficial era em Brasília, mas a operacional era no Rio, perto do Aeroporto Santos Dumont, na General Justo, 275 – e comecei a trabalhar.

O senhor falou que foi para a LBA “envenenado” e se referiu antes ao estudo que fez sobre ela. Poderia falar um pouco sobre esse estudo?

O da LBA era basicamente um estudo econômico-financeiro; não houve nenhum contato com pessoas. Houve um contato com o Edson Batista Tavares na época, mas era basicamente verificar, à luz dos relatórios, qual era a performance da LBA e o custo *per capita*. Ou seja: gastava tanto na materno-infantil, tanto em assistência médica, tanto em iniciação ocupacional... Era basicamente verificar o que nós poderíamos garimpar de informações econômico-financeiras, com base nos relatórios e trabalhos realizados pela LBA.

Era uma instituição deficitária? Como estava a situação?

Não, não era não. Era uma instituição, inclusive, que não estava executando todo o orçamento que lhe era disponibilizado pelo governo. As pessoas se queixavam muito da administração da dona Iolanda, esposa do presidente Costa e Silva. E ela, com base em todos os depoimentos que eu pude colher em todos os trabalhos, foi uma pessoa corretíssima com a Fundação Legião Brasileira de Assistência. Os boatos e as suspeitas com relação à dona Iolanda eram absolutamente infundados. Ou seja, a imagem da LBA quando eu cheguei, tomei posse na presidência, não era boa não só na área econômica como na própria área social.

De certa forma, seu estudo concluiu que a LBA não ia tão mal...

Não, não concluiu nem *desconcluiu*. Quer dizer, o meu estudo colocou os principais indicadores com relação à LBA. Então, digamos, naquele determinado momento, eu era uma pessoa que sabia qual era a massa financeira, com quantos milhões de dólares a LBA estava trabalhando nas diversas frentes de ação. Ao meu ver, segundo informações posteriores, fui conduzido à presidência da LBA por um trabalho conjunto do Nascimento e Silva, do ministro Golbery e do Mário Henrique Simonsen. Quer dizer, eu cheguei, ao meu ver, à LBA bem conduzido ou bem indicado. Não posso dizer que cheguei com carta branca, mas cheguei com grande liberdade para trabalhar. E isso, quando a gente tem a confiança do ministro e do seu secretário de Assistência Social, facilita muito as coisas. Quando cheguei, tinha pessoas que já vinham desde o tempo da dona Darci, desde a fundação da LBA, que conheciam a história. E o problema da LBA era que ela era um casuísmo. Ela tinha obras sociais maravilhosas, mas estava parada no tempo, quando analisada sob uma ótica estratégica. Ela não tinha grandes programas; ela tinha, naquele momento, grandes realizações. Tinham uma realização excelente na Bahia, outra em Pernambuco, outra em Alagoas, outra no Rio. Então era um somatório de dezenas, centenas, milhares de intervenções, mas sem que isso conformasse um programa.

Eu comecei a trabalhar rapidamente. Começamos a recuperar o patrimônio da LBA, a tentar desocupar a segunda parte do prédio da General Justo para que pudéssemos instalar

salas de trabalho. Promovi os concursos que estavam parados, como um que eu me lembro bem, de assistência social, em que se refez o quadro na medida do possível e preparou-se a máquina de combate. Eu logo percebi que o grande problema da LBA era que ela não tinha projetos de massa. O que significam projetos de massa? Um projeto de massa é um projeto de um atendimento vasto com custo padrão. O primeiro projeto que nós fizemos foi a Creche Casulo. Foi um desafio proposto pelo ministro Nascimento e Silva, em que desenvolvemos um projeto padrão no qual o governo entrava com um custo variável e a comunidade com o custo estrutural. Esse talvez seja um dos projetos sociais mais importantes, ao meu ver, não só do Brasil, como no panorama internacional. Porque ele percebeu que havia isotropia comunitária em todo país. Ou seja, a comunidade em Roraima trabalhava com o mesmo *per capita* que a comunidade do Rio Grande do Sul, Acre e Paraíba. Norte a sul, leste a oeste. Então isso, para quem quer desenvolver projetos de massa, é uma conquista extraordinária.

Esse Projeto Casulo começou pequenininho e em menos de um ano e meio nós já tínhamos de 120 mil a 130 mil crianças encasuladas, de zero a quatro anos, em 3 mil unidades casulo. A unidade casulo podia ser um anexo de uma escola, podia ser uma vila abandonada, podia ser um vagão ferroviário. O importante era que fosse muito asseado, quer dizer, que atendesse a todos os requisitos de saúde. Mas o Projeto Casulo significou uma libertação com relação à regulamentação das creches. As creches eram regulamentadas pelo Ministério do Trabalho, pelo Ministério da Educação, pelo Ministério da Saúde... enfim, pela Organização Mundial da Saúde. E eu vi que seria impossível fazer qualquer processo de alavancagem se fôssemos fazer creches nos padrões ditos técnicos. Porque tinha que ter azulejo até tantos metros, tinha que ter uma babá para cada seis crianças... Eu falei: “Isso não é a realidade brasileira! Então vamos fazer a creche pobre. Uma creche com o pé no chão, pé no barro.” E aí verifiquei que a melhor coisa era desenvolver um projeto novo. E desenvolvi o Projeto Casulo. Eu me lembro, uma coisa engraçada, que passei dois ou três dias – naquela época era só telefone – falando para o Brasil inteiro – algumas vezes não era fácil – para ver se casulo não tinha uma conotação pornográfica [riso] em algum lugar do país. Podia significar alguma coisa muito diferente, no Acre, do que era no sul ou vice-versa. O fato é que casulo no jargão da LBA era uma palavra linda, uma palavra santa. Então foi um nome gostoso para a comunidade.

Fizemos um projeto piloto, primeiro com 200 creches no Ceará, no Rio Grande do Sul, em Alagoas e no Rio Grande do Norte. O do Rio Grande do Sul, com o Adail Moraes; o do Rio Grande do Norte, com o José Maria Barreto de Figueiredo; o do Ceará com Estefânia Rocha Lima; e o de Alagoas, com o Jairo Altavila. E já com um mês, um mês e meio, era o grande projeto, o meu ver, de assistência social dos últimos 40 anos no Brasil. E a Creche Casulo foi importante por ter sido um projeto em que a família pobre teve o maior interesse. E quando você traz o garoto, de certa forma o garoto funciona como uma isca para trazer toda a família. Então, através do garoto *encrechado* [riso], encasulado, nós educamos o pai, educamos a mãe, educamos os irmãos. Muitas vezes, encasulávamos o outro irmão também. Então foi um projeto que teve uma brutal atratividade com os carentes. De todos os projetos sociais que existem no mundo, a creche é o que mais interessa à população carente; é aquele que dá as melhores respostas. E é aquele que transforma mais facilmente o assistencialismo em assistência social. Porque o assistencialismo é quando você oferece alguma coisa à população carente e não pede nada em troca. Aliás, eu acho que só quem viveu num *front* como eu, em que uma criança morreu nos braços, apesar de eu não ter sido criado para isso, sou engenheiro, só quem vê o sofrimento da pobreza pode entender a importância do assistencialismo, que ele é melhor que nada. Eu acho muita graça quando técnicos supostamente eruditos falam que são contra o assistencialismo, com ar douto, filosófico. Eu falo: “Esse nunca foi para o *front*. Esse não sabe o que é uma mulher estar há uma semana sem comer com a família e o peito secando.” Então, o assistencialismo é melhor que nada.

Mas a LBA nunca, a rigor, trabalhou com assistencialismo. Ela trabalhava em assistência social. O que significa trabalhar em assistência social? É que nós dávamos uma série de cuidados, serviços, utilidades, produtos e a população tinha que nos devolver o compromisso de adquirir novas configurações comportamentais. “Eu estou colocando o seu garoto em creche, mas você vai ter que aprender a escovar o dente dele bem. Você vai ter que fazer higiene familiar, você vai ter que aprender uma profissão de costureira, de manicure, seja o que for, aqui dentro da LBA. Você vai ter que trazer o seu marido para palestras, você vai aprender o que é planejamento familiar...” Enfim, a Fundação Legião Brasileira de Assistência sempre procurou não desenvolver programas de assistencialismo, mas sim programas que tinham uma troca. E quando existe essa troca é assistência social.

Houve alguma razão de ordem operacional para esse projeto ter começado nesses estados? Foram três estados do Nordeste e o Rio Grande do Sul. Houve alguma razão?

Um projeto piloto é sempre uma escolha, não é?

Isso.

Então eu achei que deveríamos privilegiar, de uma vez, o sul e o norte. No sul havia a figura do Adail Moraes, uma pessoa extremamente importante porque não deixou o voluntariado morrer na LBA. Ele manteve acesa a tocha do voluntariado o tempo inteiro. E ele tinha uma diretora de serviço social exemplar, chamada Norma Prates, auxiliada por uma irmã também supercompetente, Regina Prates. As mulheres eram qualificadíssimas, professoras da PUC... Eram mulheres de *front* com tecido acadêmico. E no norte tinha Estefânia Rocha Lima que era não uma acadêmica, mas uma executiva de sertão. Quer dizer, era uma mulher que conhecia maravilhosamente o sertão do Ceará e eu queria ver como funcionaria uma creche no sertão. Ali eu coloquei a Estefânia Rocha Lima. E tanto o José Maria Barreto de Figueiredo quanto o Jaime Altavila eram pessoas comprometidas com modernidade. [Riso] Quer dizer, eram pessoas do Norte e Nordeste, mas que queriam mudanças. E eram executivos muito ativos.

Mas você já conhecia essas pessoas?

Não. Conheci lá. Não conhecia ninguém quando fui para a LBA!

Você não levou a equipe com você? Você falou que teve toda a liberdade.

Não, eu só coloquei as pessoas da diretoria nacional. As pessoas das diretorias estaduais, eu mantive todas que recebi.

Ah, você não mudou nenhuma! Deixou todas.

Deixei todas. Deixei todas e fui avaliando. E disse ao ministro Nascimento e Silva: “Olha, ministro, eu acho que nós só devemos trocar uma pessoa por questões técnicas, se nós queremos, desejamos fazer uma revolução na LBA. [Riso] Se nós tivermos interposições políticas, vamos ter um problema grave.” “Não, você tem toda a razão! Nós vamos levando o barco dessa forma.” Então, todos os diretores estaduais foram diretores que eu herdei. Alguns mudaram por vários motivos ao longo da minha gestão – não mais que uns seis ou sete dos vinte e seis.

Você mencionou que nesse momento havia uma decisão importante a ser tomada em relação à LBA: ou ela continuava ou acabava. A sua ida para lá já foi uma opção por continuar? Ou era para testar?

Eu acho que era para testar. Ao meu ver, era a última tentativa. “Vamos colocar alguém da economia para trazer a racionalidade da área econômica e ver no que dá.” Aparentemente foi alguma coisa nesse sentido. Está no despacho do ministro Nascimento e Silva para o presidente Geisel, justificando a minha escolha.

Porque tradicionalmente a presidência da LBA ficava com as mulheres dos presidentes, não?

Não. Só na metade das situações. Metade eram as mulheres e metade eram técnicos. Mas eu fui o primeiro, ao meu ver, a fazer um choque da área econômica dentro da área social. Já tinham tentado isso no Mobral, com o Mário Henrique. Já tinham feito a mesma coisa no Movimento de Alfabetização colocando uma pessoa qualificada da área econômica – muito mais do que eu, aliás – para cuidar de alfabetização. O projeto de massa não nasceu com o Luiz Fernando Pinto, nasceu com o Mário Henrique, no Mobral. Eu fiz exatamente uma transposição e uma série de ajustes, mas o Simonsen, a rigor, foi, ao meu ver, o indivíduo que percebeu que poderia trabalhar junto às populações carentes com projetos de massa. Essa foi a contribuição do Dragão, como o chamavam.

Você acha que os ministros Nascimento e Silva e Mário Henrique e o Golbery, que eram três pessoas absolutamente estratégicas, tinham algum partido em relação a essa questão da extinção ou não da LBA?

Eu tenho a impressão que tanto o Geisel como o Golbery e o Mário Henrique gostariam que nós tivéssemos uma instituição muito competente na área social. E até achariam interessante se fazer isso com a LBA, que tinha toda uma tradição. Ao meu ver, os preconceitos contra a LBA não eram da área econômica, eram da própria área social, da previdência, cujo lema era “LBA, vamos acabar”. E eles, ao meu ver sabiamente, fizeram o que ninguém esperava: colocaram uma pessoa da área econômica que não sabia nem a diferença entre assistência social, serviço social e política social [riso]! Eu falei: “Mas por que vocês estão me colocando?! Eu não sei nada!” Então disseram, o Simonsen, o Golbery e o Nascimento: “Talvez essa seja a sua grande qualidade [riso]! Nós queremos uma pessoa para dar um choque estratégico.” Quer dizer, de qualquer forma eu vinha para esse choque estratégico em nível operacional. Em nível acadêmico, eu já estava pesquisando a área social desde 1974, há dois anos.

E você falou que, ao chegar, ficou extremamente bem impressionado...

Com o pessoal, com os projetos da LBA. Mas verifiquei o casuísmo. Com projetos absolutamente diferenciados no Brasil, jamais a LBA iria conseguir alavancar-se. Ela tinha que definir custos unitários padrão para poder fazer a alavancagem. Isso em qualquer lugar do mundo! Ela não poderia trabalhar com demandas sérias não multiplicadas. Ela tinha que ter demandas sérias baseadas em projeto padrão. Aí veio a Creche Casulo, depois veio o Registro Civil e ao mesmo tempo o Programa de Complementação Alimentar... Foram sempre projetos padrão. Desses, ao meu ver, o mais charmoso, entre aspas, para a população carente, era o Casulo.

E houve resistência dentro da própria LBA?

Nenhuma!

Nenhum!

Porque eu fiz três eixos. Eu fiz exatamente como se faz em qualquer projeto de velocidade estratégica: você trabalha com rótula, uma rótula e três eixos. O conjunto de rótulas é a administração central, que no fundo é a condução dos programas, mais o eixo de monitoramento. E mais a Câmara Institucional. Então uma rótula com três eixos: um eixo de estudos e pesquisas, depois um eixo de testes do projeto piloto e um eixo de projetos convencionais. Então, no primeiro eixo nós pesquisávamos. No segundo, implantávamos o projeto. E posteriormente o transferíamos para o convencional. Então, a rigor, isso não chocou nada, porque nos estados continuou a velha administração, exatamente como estava. Os três eixos funcionavam basicamente na General Justo e em Brasília. Um eixo de estudos e experimentos, um de multiplicação e um convencional, onde os projetos eram progressivamente transportados. Agora, era tanto trabalho que nós tínhamos! Era uma coisa, a escala – eram milhões já na época –, que tinha trabalho para todo mundo. Os problemas numa organização surgem quando não há trabalho para as pessoas.

Nesse período, nós verificamos que poderíamos alavancar e fazer projetos com uma brutal velocidade de resposta. Aí a presidência da República, o Golbery, e o Simonsen começaram a verificar, cada vez com mais interesse, que isso poderia ser realmente um caminho para abreviar a luta contra a pobreza. E a idéia do Geisel, do Golbery e do Mário Henrique – estou até citando isso num livro que vou publicar pela Fundação Getúlio Vargas – era que tanto a LBA como o Mobral fossem transferidos para o Planalto, [riso] sob o comando direto da presidência da República. Ah! Essa é que era a intenção do Geisel, do Golbery e do Mário Henrique. Eu não sei se vocês se lembram, o Mário Henrique fez parte do início do governo Figueiredo; no final do governo Geisel, essa era a intenção. E isso, é claro que, agora, quem pode confirmar é o Juca Mamede. O grande Mamede, que era chefe de gabinete do Golbery na época. Se existe uma informação que vale a pena... As duas únicas fundações, as duas únicas instituições citadas no discurso de posse do Figueiredo foram a LBA e o Mobral.

Citadas como?

Como instituições para alavancagem comunitária. Depois, quando o Mário Henrique saiu do governo, me lembro que eu estava no gabinete e ele falou: “Luiz, nosso projeto para os pobres vai ser adiado por muitos anos!” Foi uma tristeza imensa... Não porque o Delfim, que estava chegando, não fosse interessado no social; é que nós estávamos já muito na frente em pesquisas de alavancagem comunitária, multiplicação modular... Nós éramos pessoas da área econômica e do poder central, ou melhor dizendo, do poder centralizado, que víamos isso. Ia demorar muitos anos. Aliás, me perdoem, adiado até agora – para as pessoas entenderem a importância da alavancagem social através de projetos de massa.

Você já falou, mas eu queria insistir. Nós sabemos que projetos de modernização dessas instituições sempre trazem problemas, até porque são instituições pesadas. Enfim, instituições que têm problemas de empregos, que são dados para certas pessoas, e apadrinhamentos... E sua proposta era modernizar a LBA. Você não causou nenhum impacto lá dentro, as pessoas não reagiram? Ou encontrou a máquina azeitada? Porque, inclusive para deslanchar esses projetos, precisa-se de pessoas competentes.

Eu não mexi uma pessoa nos estados. E os estados eram de 90 a 95% do poder de fogo. A diretoria de educação para o trabalho, que era iniciação ocupacional, eu até mantive o diretor nos primeiros tempos. No serviço social, coloquei a Dora. Na área médica, trouxe uma médica da assistência social. Mexi muito pouco na diretoria central. É claro que encontrei resistência! Mas como eu não mexi, tive a habilidade de fazer, digamos, um sistema com rótula e três eixos, fui suficientemente hábil para mexer muito pouco na administração convencional e mexer unicamente nos dois eixos que eu trouxe. Quer dizer, então eu diria que as pessoas que lá ficaram não foram prejudicadas.

E elas responderam à altura?

Ah, acho muita graça, porque não sei se foi porque era muito moço... Uma das características – vocês trabalham na área pública mil vezes mais do que eu, e pesquisam isso – do funcionário público quando gosta do chefe, não sei se vocês sabem, é não o chamar de doutor, mas pelo nome. Quando o funcionário público gosta de uma pessoa, ele olha nos olhos e a chama pelo nome. Então, o tempo inteiro de LBA o cabineiro me chamava de Luiz Fernando. Eu acho que a única pessoa que não me chamava de Luiz Fernando era meu motorista, o Paulo. Mas todos me chamavam de Luiz Fernando. Quando um funcionário público chama uma pessoa pelo nome, é por que gosta muito ou está se dando muito com a pessoa. Isso não é nenhuma pieguice; quando chama a pessoa de doutor, senhor, professor, ela quer distância. Ela quer muita distância... Eu nunca tive problema algum. Quer dizer, eu não tive, que eu me lembre, nenhuma greve, nenhum abaixo-assinado...

[FINAL DA FITA 1-A]

Além disso, tinha o José Martins, o diretor de Pessoal da Previdência, que aprovou minha proposta de nivelamento salarial no Brasil inteiro. Porque você tinha a diretoria nacional que ganhava 100 e no Piauí ganhavam muito menos. Uma das minhas lutas foi conseguir um nivelamento salarial em todo Brasil. Depois disso, só Marcos Vilaça veio fazer uma promoção salarial. Então eu diria que, nos anos que se passaram, de 1975 para cá, em termos de política de pessoal, que eu possa me lembrar, houve duas pessoas que colaboraram muito com os servidores: Luiz Fernando da Silva Pinto e o Marcos Vilaça. Então, não tive muito problema. O que houve também, a rigor, na LBA, e que eu acho que foi uma dádiva divina, foi que o Casulo foi um projeto estrondoso.

Queríamos pegar um ponto que achamos muito importante: colocar determinadas iniciativas das áreas da assistência social diretamente no Planalto. Nessa ocasião, o ministro Nascimento e Silva, até onde sabemos, tinha a idéia de estabelecer a assistência social como programa de massa. A proposta de criação de um Conselho Nacional de Bem-Estar Social, que seria integrado por vários ministros, entre os quais o da Previdência e Assistência Social – aliás, esse foi o momento de criação do Ministério – tinha a ver com essa idéia?

Eu não me lembro do Conselho. A grande ironia do processo foi que nós percebemos, em 1978, não só eu como o ministro Nascimento e Silva e o próprio Golbery, como o presidente Geisel estava interessado [em assistência social]. Nos últimos cumprimentos de Natal do governo dele, em 19 ou 20 de dezembro de 1978, quando foram todas as pessoas se despedir e cumprimentar o Figueiredo, que era o próximo que estava surgindo – Figueiredo era ministro do SNI –, a coisa mais surpreendente foi que a pessoa com quem o presidente Geisel mais conversou foi comigo. O tempo inteiro. Isso está nos jornais daquela época. É só

procurar nos jornais, vocês vão verificar. Ficou 40 minutos conversando comigo sobre a alavancagem. Ele estava encantado, não com a LBA, mas com a possibilidade de alavancagem comunitária de multiplicação do atendimento social através de módulos. Mas isso foi o final. É uma prova cabal... [riso] 40 minutos; eu me lembro que ele conversava sem parar. E aí ele me disse uma frase que me marcou para o resto da vida: “Luiz Fernando, você sabe qual a pena que eu tenho do Brasil? É que o povo é maravilhoso, e a elite não!” O Geisel me disse isso. Nesse dia dos cumprimentos. “O povo é maravilhoso! E a elite nem tanto, a elite não.” Alguma coisa nesse sentido.

Mas em 1978, já no final, houve um trabalho redobrado para a criação do estatuto da LBA, com uma interação muito grande do Ministério da Previdência; naquela época, várias pessoas do Ministério trabalharam nisso. O Inocêncio Mártires Coelho era o consultor jurídico, mais o Valter Montes, que era o chefe do gabinete, mais o Celso Barroso Leite, que está vivo até hoje... e o próprio ministro Nascimento e Silva, com o pessoal do Golbery, que era o Paulo César Cataldo, que hoje é ministro do Tribunal Militar, mais o Amauri Fraga que era assessor, o Jurandir Mamede e o próprio Golbery. E a LBA – se vocês buscarem nos estatutos dela, no final de 1978, início de 1979 – foi colocada como a cabeça do sistema de assistência social, preparando para a alavancagem e para o voluntariado.

Eu digo sempre que a grande pena que eu tenho é de não ter entrado antes. Também não sei se teria maturidade para isso naquela época. Eu seria muito novinho, com 34 anos. Se pudesse, e se a LBA pudesse ter feito isso dois anos antes, em 1974... Porque aí realmente o desenho social do país seria outro. Só queria dizer uma coisa: o desenho não foi perfeito porque os cardeais da previdência nunca entenderam. Quem investe na assistência social, economiza recursos previdenciários para o futuro. Eu gasto hoje para não gastar amanhã. Quer dizer, o *gasto* em assistência social é um investimento. E eles sempre entendiam aquilo como uma fuga de recursos da massa previdenciária. E quando fizeram o SINPAS – Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social –, fizeram um desenho em que deslocaram da LBA toda a assistência médica. E a LBA até aquele momento era um projeto extremamente vigoroso de materno-infantil. Porque você pode fazer assistência social de várias formas, mas o interessante é que se faça isso através de assistência materno-infantil. Porque eu pego a grávida, a gestante, a mulher que amamenta; eu pego a criança que vai de zero a um e de um a quatro, depois até quatorze, quinze anos. Então, eles transferiram todos os hospitais e os convênios hospitalares de materno-infantil para o INAMPS, apesar da Legião continuar muito forte. Isso ao meu ver foi lamentável. Quer dizer, a LBA ficaria muito mais forte se ainda mantivesse o materno-infantil.

O SINPAS foi um projeto do Nascimento e Silva também, não?

Foi um projeto dos cardeais do Nascimento e Silva. Eles convenceram o Nascimento que era preciso fazer um novo sistema organizado por programas e não por clientela. Basicamente. E nisso, a Legião perdeu os hospitais para o INAMPS. Não só os hospitais como também os convênios médicos. Aí ela ficou com essa cunha materno-infantil fragilizada. Apesar disso, cresceu imensamente.

E quem eram esses cardeais da previdência? O senhor pode citar nomes?

Os cardeais eram pessoas a quem o Brasil muito deve... São pessoas de uma competência ao meu ver extraordinária, na área previdenciária, e são todos do velho concurso do qual fez parte Hélio Beltrão. Foi um grupo de jovens de ouro, que foram envelhecendo ao longo do sistema e que eram, ao mesmo tempo, não só formuladores do processo de desenvolvimento previdenciário, como também a guarda pretoriana dos princípios previdenciários. Eu me

dava muito bem com eles, quer dizer, eu era só felicidade. Hoje já não sou tanta [risos]. Mas tinha um sorriso, uma alegria de viver imensa! O problema era que eles não implicavam com a LBA pelo fato de ser a LBA; eles achavam é que gastos na assistência social eram desvios filosóficos da função da Previdência [riso]. E eu sempre dizia: “Vocês estão equivocados! Vocês não perceberam que quanto mais eu investir em assistência social, menos problemas vou ter na previdência? Eu vou levar menos pessoas para a assistência médica, vou fazer profissionais mais capazes... A longo prazo, a curto, médio e longo prazos, vocês terão um fluxo de caixa auto-sustentável. É mais interessante um bom trabalho de assistência social do que a inexistência de um trabalho de assistência social!”

Mas você não citou os nomes dos cardeais, além do Hélio Beltrão. Nós gostaríamos de saber, é possível?

Eu não me lembro do nomes. Tinha o Valter Graciosa, o Celso Barroso Leite, o Torres... quem mais? O Paranhos Veloso...

Foi você que deu essa denominação de “cardeais” ou eles já eram conhecidos assim?

Não! Já eram conhecidos como tal! Quem sou eu para dar essa denominação?! De forma alguma. Já eram conhecidos pela denominação de cardeais. Eram os *grandes* pensadores do processo previdenciário.

E eles tinham influência direta sobre o ministro?

Não, eles eram intelectuais da área Previdenciária. Como havia intelectuais no ministério da Agricultura, no ministério da Cultura. Eram funcionários de carreira.

Tinham posições.

Tinham posições e tinham uma carreira exemplar dentro da organização. E buscavam – como é que eu poderia dizer? –, com base nas leis e ordenações administrativas, fazer o melhor na política previdenciária.

Pois é. Mas você, por exemplo, ouvia essas pessoas, ia procurar por elas? Elas iam procurá-lo?

Ué! Quando eu tinha interações, por exemplo, orçamentárias, várias vezes tive contato com eles. Eu os encontrava nos corredores do ministério, na sala, na antecâmara. Sempre me trataram... muito razoavelmente, muito razoavelmente! Só que eu era um gestor de assistência social. Eu gastava, eu aplicava recursos numa área que eles não estavam convencidos filosoficamente que ia colaborar com a Previdência. Então, nesse sentido, eu não vejo por que ficar irritado por eles pensarem de uma forma diferente! Mas eu sempre parti da premissa – nisso eu fui sempre muito bem orientado pelo Simonsen – que dizia: “Discuta pouco e faça bons projetos. Então leve os projetos, projetos bem defendidos e eles vão avançar por si mesmos.” – E nós avançamos. Dois cardeais, por exemplo, se interessaram muito por assistência social. Um foi o próprio Paranhos Veloso. Esse era um secretário-geral, uma pessoa extremamente inteligente e percebeu que a assistência social estava num *turning point*. E o outro foi o Celso Barroso Leite, que também se interessou pela política de assistência social. Além do Marcos Carvalho Candau, que era secretário de Assistência Social e que me conhecia desde moleque, apesar de ele ser uns quatro anos mais

velho que eu. Agora, eu não julgo que os cardeais tenham atrapalhado. Eles simplesmente não estavam convencidos de que a assistência social ia ser um programa previdenciário.

Também nos chama atenção que um dos investimentos mais significativos do Ministério da Previdência e Assistência Social e do próprio ministro era justamente trabalhar junto a uma população que tradicionalmente sempre esteve fora da previdência. Quer dizer: crianças, idosos, deficientes. Inclusive, nesse período, se formulou um conceito, que eu queria que o senhor falasse a respeito, que é o de quarto extrato.

É meu.

É do senhor?! Pois é!

É meu, é meu. [ri]

E isso justamente vai de encontro a essa idéia de que assistência não é parte da previdência.

É. Quando eu estava em Brasília, uma vez o ministro Nascimento e Silva disse o seguinte: “Olha, tem uns jornalistas aí querendo saber o que é política de assistência social. Eu queria que você os atendesse. Atenda nessa sala aqui ao lado.” E tinha uns quatro ou cinco jornalistas. Uma jornalista do *Jornal do Brasil* me perguntou: “Como você visualiza o papel da assistência social?” Me deu um estalo na hora e eu falei assim: – “Você tem o primeiro extrato que são as pessoas extremamente ricas; tem um segundo extrato que é a classe média alta; um terceiro que é a classe média... – como é que eu poderia dizer? – proletária, porém inserida na Previdência; e você tem um quarto extrato, que vive à margem da Previdência.” Eu falei, saiu essa notinha, uma tripinha no JB, e depois esse conceito do quarto extrato incendiou [riso]. Apareceu nas mensagens do Executivo ao Congresso... Aí foi uma denominação de extremo interesse. A denominação de quarto extrato na mesma linha de Creche Casulo. Quer dizer, então qual é o papel da assistência social? É preparar esse quarto extrato para se inserir dentro da sociedade organizada. E aí essa denominação foi fortíssima e acho que muito mais funcional, sob o ponto de vista de tratamento sistêmico da população carente, excluída, fragilizada. Esse quarto extrato, na época, era alguma coisa em torno de 40 milhões de pessoas. O quarto extrato no Brasil, desde 1940, oscila entre 35 a 45 milhões de indivíduos. O estoque de miseráveis é praticamente o mesmo há quase 100 anos, 60, 70 anos. A população cresceu. Era como se todo o mundo que tivesse nascido depois de 1940, nós tivéssemos colocado fora da pobreza. Agora, o desafio brasileiro é que não se consegue reduzir o número absoluto de pobres.

Então havia um confronto de idéias políticas dentro do Ministério da Previdência?

Não. Até onde eu possa ir, quer dizer, eu procuro pensar grande. Eu acho que levar a coisa para o plano da fofoca...

Não! Não estamos falando em fofoca não!

Também seria uma ironia da minha parte. O que eu acho é o seguinte: o meu ver, os cardeais julgavam que a assistência social *não era* previdência social. Ouvir, como diria em francês. Não era assistência social. E dentro desse contexto [riso], eles iriam defender a massa previdenciária. Mas eles não faziam isso por mal; era uma questão conceitual! Eles achavam

que a assistência social não era um investimento que devesse sair do fundo previdenciário. Eles não eram contra que a sociedade brasileira financiasse a assistência social. O que eles achavam, aliás como até hoje, é que a massa, os recursos da Previdência não devem ir para a assistência social. Não entendiam que a assistência era um investimento preventivo. Mas, de qualquer forma, isso já estava muito superado no final do governo Geisel. Quer dizer, o Planalto já estava interessadíssimo em alavancagem comunitária e em multiplicação de projetos de massa. Esse é que foi o problema, quando veio a mudança e o Simonsen saiu. E eu tinha saído da LBA uns meses antes, pois me desentendi com o ministro Jair Soares.

Já no governo Figueiredo.

Me desentendi, pedi demissão e o Simonsen me levou para ser secretário adjunto ou vice-ministro adjunto, para cuidar do Conselho de Desenvolvimento Social.

Qual foi o motivo do seu desentendimento com o ministro Jair Soares?

Basicamente porque eu não concordava com nomeações políticas para as diretorias estaduais. Quer dizer, mas esse é o ponto de vista do Luiz Fernando, que era o presidente da LBA e estava entusiasmado com a alavancagem comunitária e com a multiplicação modular. Hoje, decorridos quase 23 ou 24 anos, eu entendo que uma pessoa que pense politicamente como o Jair Soares, pense diferentemente de mim.

Mas você não achou estranho continuar na LBA? Porque a LBA é, em certo sentido, vista como a galinha dos ovos de ouro e, quando mudou o governo, você permaneceu na LBA

Mas eu fui chamado lá! Eu fui chamado ao Rio Grande do Sul para falar com o Jair Soares. O Figueiredo teria dito ao Mário Henrique o seguinte: “O Luiz Fernando vai continuar na LBA. Quero que o Luiz Fernando fique.” Isso foi o que o Simonsen me disse. O Simonsen queria me levar para a modernização, para a Secretaria de Modernização. Foi ao Figueiredo e disse: “Olha, eu quero trazer o Luiz Fernando para a Secretaria de Modernização.” E aí o Figueiredo virou-se e falou o seguinte: “Não, Mário, eu quero que o Luiz Fernando continue na LBA.”

Você ficou quanto tempo no Governo Figueiredo?

Quatro semanas, três semanas... Na quarta semana eu já estava pegando o meu boné e indo embora. Eu falei: “Estou indo embora, ministro.” Cheguei, fui para Brasília, entreguei a carta de demissão. E o Golbery, no mesmo dia em que me demiti, quer dizer, no mesmo dia em que aceitou o meu pedido de demissão, no mesmo Diário Oficial, me nomeou para Secretaria Adjunta do Ministério do Planejamento. No mesmo dia.

Voltando ao governo Geisel, eu queria insistir nesse ponto porque me parece que havia uma espécie de tensão dentro do novo ministério. O Geisel criou o Ministério da Previdência e da Assistência Social inclusive em função do espaço que, em princípio, a assistência social deveria ter no seu governo. Mas pelo que você está relatando, essa questão da assistência junto com a previdência era difícil.

No mundo inteiro! No mundo inteiro! Não era por questões políticas de Geisel ou Figueiredo, nada disso! É porque as pessoas, até hoje, confundem assistência social com assistencialismo. Então, tem pessoas que combatem políticas de assistência social,

confundindo com assistencialismo. Não é por razões políticas, não é por Fla-Flu político. É simplesmente porque discordam que assistência seja um investimento social.

E como ficou o desenho de um ministério como o da Previdência e da Assistência?

Mas ele existiu, ué!

Eu sei! E o desenho era esse!

Ué! E ele estava crescendo! A assistência social estava crescendo! Estava chegando a um orçamento próximo de um bilhão de dólares. Estava crescendo, estava realizando, estava avançando apesar das opiniões dos outros.

A assistência era uma área de interesse político?

[Riso] Não, não!

Nem para o governo Geisel?

Eu tenho muito medo... Quer dizer, vocês são pesquisadoras do CPDOC e conhecem todas as nuances de política; eu não conheço. Quer dizer, era um programa de alto interesse para o Planalto. Interesse político, isso eu não posso avaliar. Eu não era senador, não era deputado. Mas era um programa que dava certo, um programa de complementação alimentar que foi feito no Rio, que foi feito em Brasília, que foi feito em Belo Horizonte e que depois foi feito um projeto piloto em Serrinha, na boca do sertão da Bahia. Dava certo! O Casulo dava certo! O registro civil dava certo! Iniciação ocupacional dava certo! Os programas tinham custo padrão, todos. Tinha multiplicação modular que se espalhava como fogo no campo seco, quer dizer, a uma velocidade sem tamanho, desde o Acre à Paraíba! Desde Roraima até o Rio Grande do Sul, todo mundo respondia da mesma forma! Iam fiscalizações da UNESCO, da Unicef, por exemplo, e viam as creches atendendo às crianças, e muito bem, ao longo do país inteiro.

Mas por exemplo, falando de uma maneira muito clara e objetiva, quando você ia inaugurar uma creche dessas, algum político não se interessava em ir junto? Porque a gente sabe que isso é uma praxe.

Não. Eu fiz questão de atender a comunidade. Eu sempre fiz questão de atender a comunidade. Tanto é que você pode dizer, é muito fácil, muito fácil dizer se isso é verdade ou não é verdade. Nos três anos que fiquei na LBA, não teve nenhuma queixa no Congresso. Nenhum deputado, nenhum senador subiu ao Congresso...

Ao contrário! Nós sabemos tudo isso. O que estamos dizendo é que os políticos, diante de um projeto bem sucedido, diante de um projeto de massa, querem dividir os ganhos. Então estamos lhe perguntando o seguinte : quando você viajava, como isso funcionava?

Olha, eu me lembro que fiz uma viagem para o Rio Grande do Norte com o Luiz Gonzaga do Nascimento e Silva. Não sei se foi ele ou eu quem ficou mais surpreso com o sucesso das Creches Casulo. O que eu queria dizer era o seguinte – uma coisa que interessa a vocês como pesquisadoras de história política: a velocidade de propagação de um projeto popular era tão grande, a alegria da comunidade era tão expressiva que... Era interessante, eu me lembro que

uma vez o Geisel foi a Santa Catarina e a diretora era a Vilma Ramos, sobrinha do Irineu Ramos, uma mulher bonita, loura, de olhos azuis, uma linda mulher, virou-se para mim e falou: “Luiz Fernando, o tempo inteiro que o Geisel ficou aqui, só queria saber do Casulo. Me perguntou várias vezes sobre o Casulo.” Então, o Casulo era um projeto mais forte que o modelo antigo. Fez sentido para vocês, agora? Quer dizer, era uma força brutal! A alegria das crianças, a alegria da comunidade, a alegria de todos os deputados... Porque era uma articulação de uma comunidade, fosse de onde fosse, prefeito desse partido ou daquele partido, porque naquela época eram dois: Arena e MDB.

E a Arena estava com um pouco de dificuldade, não?

Eu atendia a todos os deputados que me telefonavam, a todos. Mas a velocidade do projeto era surpreendente!

O senhor era muito procurado pelos deputados e senadores?

Não. Eu fui procurado uma vez numa CPI, que era até anterior a minha gestão, a CPI das Loterias Esportivas. Lá, eu fui sabatinado por uma série de deputados. Se vocês quiserem conhecer a história da LBA, procurem essa CPI que, ao meu ver, é uma leitura deliciosa, não só as perguntas como as respostas. É quando eu introduzo o conceito de “produto nacional comunitário” e “felicidade nacional bruta”, isso tudo.

Pois é, esses conceitos também são interessantes.

Não são? É a alavancagem da comunidade. E isso, eu me lembro que alguns deputados me procuraram. Um foi o Hugo Napoleão. Mas ele, digamos, veio com uma solicitação cabível, quer dizer, absolutamente correta, muito gentil. Em um projeto com alavanca padrão, custo padrão, custo variável padrão, para alavancagem comunitária, a velocidade e alegria são tão grandes, é um negócio tão espantoso! Quer dizer, a resposta, a capacidade de você ver as pessoas, as crianças engordarem... Porque não existe nada mais gostoso no mundo do que o sorriso de uma criança. E o Projeto Casulo era a maior usina de sorrisos desse país, era uma usina extraordinária de sorrisos. E ao meu ver, foi isso que encantou o Golbery, foi isso que encantou o Geisel. E foi isso que encantou o Simonsen! Porque o Simonsen já tinha testado a alfabetização e viu a creche. E não há quem não goste de creche! Quer dizer, ali nós sentimos que o Casulo era um projeto que poderia mudar o Brasil. Nós sentimos, todos nós, que era o grande projeto para mudar o Brasil. Começou com 150 mil crianças, chegou a dois milhões e depois foi perdendo força.

Você está falando em projetos que têm um custo padrão e eu queria que isso fosse um pouco mais traduzido para a gente, até mesmo por causa dessa idéia de “produto nacional comunitário”.

Existe a disposição comunitária, que é a disposição de fazer o bem, se dar a uma determinada causa social. E esse produto existe no Brasil. Tem quatro países interessantes no mundo sobre alavancagem comunitária, que tem uma brutal sinergia, ao meu ver, mais do que qualquer outro país. A China, que é um mistério sinérgico ainda a ser explicado, tem uma capacidade de respostas imensa. O Japão, que é uma ditadura comunitária violenta porque, depois da Batalha de Sekigahara, jogaram os samurais, em 1600, para o monitoramento do processo, fiscalizando. Então, houve uma resposta comunitária no chicote. E tem dois países com alavancagem comunitária extraordinária. Um é a Rússia, que em 1200

foi invadida pelos mongóis, que lá ficaram até 1550, de 350 a 400 anos, e não queimaram uma igreja. Os pesquisadores recentes perceberam por que os mongóis nunca queimaram uma igreja: porque todas as princesas mongóis eram católicas nestorianas. Então, durante 400 anos, os padres do baixo clero, que eram padres simples, teologicamente não superpreparados, mas eram pessoas encantadoras, fizeram um tecido comunitário interessantíssimo. E no Brasil, o tecido comunitário é o dos jesuítas, a meu ver. Entender a mistura do índio com o branco, com o negro e começar a trabalhar a comunidade. Então, o Brasil tem uma pré-disposição ao trabalho comunitário... A meu ver, há dois rivais: a China, que é misteriosa, que tem um atributo estratégico que se chama negociação estratégica – eu vi, uma humildade que dá uma capacidade sinérgica sem tamanho –, a Rússia e o Brasil. Então o Brasil está preparado para assistir a alavancagens comunitárias extraordinárias. E a minha pena, a pena que eu sinto – e só vim aqui pela Fundação, senão não teria vindo, de forma alguma. Mas não teria vindo mesmo, porque me machuca muito – é que o Brasil renunciou ao melhor projeto social, o Casulo. E se o Brasil quiser incendiar – incendiar no bom sentido –, expandir a alavancagem, deve desenvolver rapidinho o Projeto Casulo, que a comunidade inteira ajuda com uma imensa disposição. Os outros projetos são muito trabalhosos! Muito mais trabalhosos. A gente poderia redesenhar, fazer uma reativação do Projeto Casulo, com o mesmo nome, o mesmo nome...

[FINAL DA FITA 1-B]

Então, eu acho que se o Brasil quiser alavancar socialmente, tem um projeto testado. E outra coisa é que as pessoas que mexeram pesado com o Casulo, os mais velhos, estão com 57, 58 anos. E tem uma geração que está entre 43 e 50 anos, que trabalhou com o Casulo e que poderia, numa reativação, ainda trabalhar 10, 15 anos. Não só no órgão central executor, como também no Brasil inteiro. O Casulo é simples! Quer dizer, o diretor mapeava as obras comunitárias mais sérias de uma determinada região. Podia ser uma obra espírita, poderia ser um centro de umbanda, poderia ser uma igreja de um pastor protestante, ou uma igreja católica... Enfim, poderia ser uma cooperativa de usineiros... [riso] Ele mapeava a obra e ali fazia o convênio, basicamente isso. O critério é que a obra fosse séria. E depois, um monitoramento implacável, um acompanhamento implacável. Quer dizer, a LBA não eclodiu o processo de assistência técnica permanente. As diretorias regionais eram exatamente o apoio, a assistência técnica, a coordenação administrativa, o treinamento do pessoal, isso tudo.

A LBA entrava com o quê?

Com o custo *per capita* variável.

Ou seja, para cada criança a LBA...

Dava tantos dólares. Para a Creche Casulo de quatro horas, 80 dólares por ano, 100 dólares por ano, digamos. Agora não tenho o número. Ela entrava com o custo variável unitário. Com isso, as creches compravam basicamente alimentos, eventualmente roupinhas: um custo variável. E a obra comparecia com as instalações e os equipamentos.

E as pessoas?

Da obra!

Da obra também.

É. Com esse dinheiro, era absolutamente proibido que se contratassem pessoas. Quer dizer, só o custo variável. E aí a obra trazia pessoas, instalações e edificações. Muito simples, porém limpas.

Se nós estamos entendendo, essas pessoas que trabalhavam nas creches eram, portanto, pessoas da própria comunidade.

Ou eram empregados da escola, ou a fábrica do irmão da Dulce mandava dois funcionários para trabalhar lá, ou a prefeitura cedia... Isso não era problema meu, era problema...

Não eram vinculadas à LBA, nem recebiam nada?

Nem recebiam pela LBA.

Eram voluntários, então?

Poderiam até ser voluntários, mas não eram necessariamente. Eram pessoas que a obra providenciava e pagava. A obra poderia pagar essas pessoas, por exemplo, uns 100, 150 ou 200 reais. Porque a creche também mobilizava recursos de outras áreas. Ela não só pagava eventualmente pessoas, mas conseguia pessoas da prefeitura, que deslocava de escolas para isso.

Mas como você conseguiu mobilizar essas instituições?

Elas estavam lá e estavam querendo resolver os problemas das crianças! Eu dizia: “Eu tenho um Projeto Casulo. Quem quer?” [Riso] Era uma fila daqui a Roma! Aí eu selecionava os melhores, os que pudessem fazer com mais competência.

Então, quem quisesse se inscrevia?

Quem desejasse uma Creche Casulo. O ministro Nascimento e Silva ia anunciar 60 creches. Isso aqui. No dia que eu fui a Brasília. E ele se confundiu e ao invés de 60; anunciou 600.

Na Rede Globo, não foi?

Foi. Aí foi uma confusão terrível. [Riso] E tivemos que fazer as 600 creches. Mas ali eu tive certeza de que o projeto ia ser um sucesso. Naquela época não tinha fax não tinha nada e ele recebeu telegramas e telex do Brasil inteiro pedindo creche. Quer dizer, creche que se as doutoras Dulce e Angela resolverem hoje abrir, fazer um projeto, eu garanto que vão ter 60 mil pedidos. Da mesma forma, vocês entram com pessoas e instalações e nós entramos com o custo variável: remédios, medicamentos, alimentos etc. Mais a supervisão, mais o treinamento.

E a administração de cada creche ficava ao cargo da LBA?

Não, ficava a cargo da obra. A LBA só dava supervisão. Tinha um caderno de encargos mínimos, tinha o manual da Creche Casulo que a obra tinha que fazer. Eu fiz exatamente como o Simonsen tinha me sugerido: “Faça um caderno de encargos mínimos e verifique se

eles estão sendo feitos, estão sendo desenvolvidos. Agora, dê liberdade.” O segredo da comunidade é você dar liberdade a ela. Você só exige aquele mínimo, ou o mínimo ou o soalho. E o resto cada um faça como quiser! Então tinha creche em navio abandonado, tinha creche em vagão, tinha creche numa escola, tinha creche dentro de um clube. Criança é pequenininho, cabe em qualquer lugar – era uma graça.

E essa fiscalização era...

Era leonina, era leonina.

Pois é. Nós queríamos saber como era.

De 15 em 15 dias, para as creches que estavam junto, por exemplo, de Natal. As outras eram com o assistente social ou a médica se deslocando, a equipe do Projeto Casulo fiscalizando aquilo.

As coisas às vezes têm realmente duas faces. O fato de se poder dar muita possibilidade de variações na montagem da creche não chegava a comprometer a qualidade do atendimento, no que diz respeito às instalações, por exemplo?

Eu sei lá! Eu vi umas 200 Creches Casulo. E muitas eu escolhi aleatoriamente. Quer dizer, 200 ou 300 eu acho que eu vi no Brasil inteiro. Vi em Porto Alegre, vi em Santa Catarina, vi em Florianópolis... Vi por onde andei. Vi no interior, vi no sertão, vi em Serrinha. As que eu vi, vi crianças muito bem tratadas. O problema é o seguinte: comunidade, se você não dá liberdade, é melhor não fazer! O risco de você trabalhar com a comunidade é você não ter uma supervisão permanente.

Não. Estamos falando menos em relação à liberdade que se dá e mais em relação ao apoio.

Eu sei, exatamente... Nós tínhamos um Projeto Marco. Quer dizer, nós estávamos preparados para a grande alavancagem. Estou falando em coisas secretas, entre aspas. O que nós percebemos é exatamente a sua pergunta: que a alavancagem comunitária seria maravilhosa na medida em que tivesse pessoas para dar supervisão e controle. Então, já em 78, no finalzinho de 77, 78, nós fizemos o projeto Marco, Múltipla Ação Regional Comunitária. Iam ser 200 centros, além dos já existentes no Brasil inteiro, principalmente no interior, apoiando a supervisão. Porque o deslocamento estava ficando muito doloroso, as distâncias estavam ficando grandes. Então nós fizemos um estudo para implantarmos 200 centros de estudo, com cinco ou seis pessoas, para facilitar a supervisão, a assessoria técnica e o treinamento. Estava tudo pensado. O Projeto Marco estava todo desenhado. Imenso! Deve estar na biblioteca até...

Foram feitas avaliações desse projeto, inclusive durante o período em que você estava na presidência, não?

A melhor avaliação de uma obra comunitária é o crescimento do programa. Quer dizer, havia demanda de solicitações, uma atrás da outra.

O crescimento do programa implica em recursos para o programa.

Implica.

E isso tensionava o pessoal que era contrário à assistência social? Porque quanto mais certo o programa dá, mais recursos ele demanda.

Olha, o que eu posso dizer? O que eu acho é que o registro civil foi um programa impactante, o voluntariado foi outro, a complementação alimentar foi outro. Na minha opinião, o Casulo foi devastador. O Casulo não havia como segurar! Era impossível, porque foi um sucesso massacrante.

Digamos assim, era feio não dar apoio ao projeto?

Não. Não adianta. A sua filha, Dulce, está arrebetando, vai ser modelo em Londres mesmo; não adianta a prima ter ciúme... porque vai arrebetar [riso]. Quer dizer, o Casulo é um negócio extraordinário. E aí, faziam-se as propostas, que eram muito duras porque eram orçamentárias. Votava-se uma no início do ano e depois eu lutava por expansões orçamentárias. Quer dizer, ia para Brasília, falava com o pessoal do IPEA, falava com o Planejamento e tal. Mas a minha grande felicidade era que o galope do Casulo era avassalador. Onde as pessoas se deslocassem, se fosse o Geisel – Golbery não viajava para fora de Brasília, pouquíssimo, que eu me lembre, vinha uma vez ou outra ao Rio – mas onde o Mário Henrique fosse, qualquer que fosse o governador, onde o Nascimento fosse... O Nascimento adorava o Casulo. O Casulo era uma coisa extraordinária! Depois mudaram o projeto, puseram primeiro a criança; ao meu ver foi um equívoco, deveriam ter montado Creche Casulo. A grande revolução, se o Brasil resolver implementar uma revolução social, mas de grande escala, é rapidinho. A gente faz isso em seis meses, é só reativar o Casulo. É um tropel, você não tem como segurar.

E como é que você avalia esse recuo do projeto Casulo no Governo Figueiredo? Porque ele em 1981, se não estamos enganadas, foi para o MEC, não?

O problema é que, ao meu ver, no final do governo Geisel, houve um triplo interesse. Havia o ministro da Fazenda, que era o Simonsen, o ministro da Casa Civil e o presidente da República, mais o ministro da Previdência, interessados na assistência social. Você teve, entre aspas, uma conspiração de vértice: o presidente, e três ministros, o Nascimento, o Golbery e o Simonsen, interessados em alavancagem comunitária. Na hora que mudou o governo, o Geisel saiu, veio para o Rio, para Teresópolis, logo depois o Simonsen saiu, o Nascimento saiu e perdeu-se essa conspiração de vértice. E o Jair, ao meu ver, não tinha nenhum interesse flagrante nas creches. Então o que houve foi o seguinte: houve um pequenino momento na história do Brasil – para grande alegria do CPDOC – um pequenino momento, em que a alavancagem comunitária e projetos de massa, combinados com o voluntariado, teve o seu momento de glória. E aí e esse momento se desfez muito rapidinho. Infelizmente...

Você acha que houve uma ruptura no do governo Figueiredo?

Eu tenho um medo de falar com pesquisadoras do CPDOC! Não digo que houve ruptura; digo que houve o seguinte: não se verificou mais aquela conspiração de vértice. Ela nunca mais se reproduziu no Brasil. Tem sentido? Agora, ruptura, quem está afirmando são vocês. Quer dizer, eu nunca mais me interessei em voltar para a área social. Só escrevi um artigo quando fecharam a LBA porque a Celina Vargas do Amaral Peixoto me pediu. Eu não queria escrever, mas a Celina falou: “Eu não quero escrever, você escreve?” Eu escrevi. Porque

acho que se perdeu o momento. A conspiração de vértice, o interesse pela alavancagem comunitária perdeu-se. E acho que o Brasil está voltando a casuísmos de mosaicos, responsabilidade social; o país está se distanciando cada vez mais da multiplicação de projetos de massa. Esquecendo o Casulo. E não entendendo, sob o ponto de vista de alavancagem de quarto extrato, que a ótica de excluídos é a certa. O enfoque do quarto extrato simplificava muito mais, facilitava as coisas. Então acho que nós tínhamos conquistas semânticas e conceituais e tivemos uma conspiração de vértice, que tenho minhas dúvidas se vai voltar. Um presidente que estivesse tão interessado como o Geisel...

A rigor, a presidência tem dois níveis: tem o presidente propriamente dito e o chefe da Casa Civil. O chefe da Casa Civil é um co-presidente numa série de questões administrativas e institucionais. Ele é um saguão... Eu não sei se vocês já entraram numa Casa Civil. É um negócio, uma sensação de poder impressionante! Tinha um contínuo, o Benedito, e uma vez que eu estava entrando no gabinete Golbery, ele falou: “O ministro Luiz Fernando da Silva Pinto.” Anunciando. E eu cheguei e falei: “Benedito, não fala assim! Não sou ministro, sou presidente da LBA.” “Não tem problema não! Ministro aqui é lixo, doutor Luiz Fernando.” [risos] E aí eu não sabia se eu ria ou chorava. “Ministro aqui é lixo.” Então, lá tinha quinze por metro quadrado! Era um absurdo o que tinha de ministro! O Golbery, o ministro Pedro Parente ou qualquer um da Casa Civil, manda uma barbaridade! Então, o maior momento da assistência social, fora o momento histórico da dona Darci, foi em 1978. Foi um negócio extraordinário!

Também há presidentes e chefes da Casa Civil. O Geisel, e, no caso, o Golbery, não era qualquer chefe da Casa Civil.

Pois é... Mas, no caso, foi o Geisel que teve um papel na área social extraordinário. Teve o Mário Henrique que era um ministro da Fazenda interessadíssimo naquilo, fazendo força sobre o Planejamento, jogando a influência dele para que liberassem verbas. Tinha o próprio Gonzaga, quer dizer, mostrando aos cardeais que investir na área social era importante. Ele podia dizer isso muito mais do que eu, porque ele era o ministro, está certo? O Mário Henrique, o Gonzaga, o Golbery e o Geisel! Então houve uma conspiração que nunca mais se repetiu!

Luiz Fernando, você pode falar mais um pouquinho sobre seus outros projetos: o de complementação alimentar, o do registro civil... Chamava-se Programa de Habilitação Legal.

Pois é. Fui a Angicos uma vez, no Rio Grande do Norte, e lá encontrei uma menina linda, uma beleza de menina! Uns nove anos, um olho verde – minha mulher tem olhos verdes – e perguntei: “Minha filha, o que é que você mais quer?” Ela falou: “Um registro, porque sem registro eu não consigo me matricular na escola.” Aí nós fizemos uma campanha, acordos com cartórios. No primeiro ano, foram logo dois milhões de registros civis. Quer dizer, deixou de haver o marginal legal. Coloquei a Procuradoria da LBA desenvolvendo esse programa e foi uma maravilha. O Programa de Complementação Alimentar foi desenvolvido pela Unicamp, junto com a Secretaria de Assistência Social: complementos alimentares que eram distribuídos às gestantes e às mulheres em fase de amamentação. Ele funcionou bem, funcionou anos depois. Era um complemento alimentar e funcionaria muito melhor ainda para o futuro, se eu tivesse feito aquela rede dos 200 centros regionais e pudesse acoplar vários programas de assistência social ao programa de complementação alimentar. Mas o programa de complementação alimentar já era conhecido no mundo. A grande contribuição desse projeto de complementação alimentar no meu tempo de LBA foi que nós o

arrancamos, entre aspas, dos centros sociais de governo e o jogamos nas obras da comunidade.

E ele começou aqui na Baixada. Teve em Brasília e Belo Horizonte, se não estamos enganadas.

É. E teve na Bahia. Em Serrinha.

Ah, na Bahia também! Por que esses lugares? Era maior a concentração de pobreza?

Não. No meu tempo, começou no Rio, Belo Horizonte e Brasília. No Rio porque nós tínhamos a sede da LBA. Brasília porque tinha outra sede. Quer dizer, nós queríamos ter muito apoio porque sabíamos que íamos ter problemas. E em Belo Horizonte, porque era uma área que estava tendo um crescimento muito grande de favelas. Basicamente foram esses os conceitos. O programa de complementação alimentar já era conhecido. O que não era conhecido era jogá-lo nas obras comunitárias. Nós o jogamos nas obras comunitárias e aí atingiu tudo: protestante, espírita, umbanda...

Muita coisa relacionada sempre a igrejas?

É, as obras comunitárias estão muito relacionadas às igrejas. Eu me lembro que uma vez fui a Belfort Roxo. Fui num centro de umbanda e aí chegou a mãe de santo, olhou para mim – todo mundo me chamava de Luiz Fernando –, “Luiz Fernando, alguém já falou que você é filho de Oxossi?” [Riso] Eu falei: “Não, não...” Aí, tudo bem, “muito obrigado e tal...” A maior graça. Eu adorava o *front*. Eu ia para o *front* de batalha de madrugada...

Você viajava muito?

Muito, muito! Fui para um outro centro, o Cobra Coral, em Nova Iguaçu. Aí chegou o pai de santo, olhou para mim e falou: “Luiz Fernando, alguém já lhe disse que você é filho de Oxossi?” [Riso] Então eu sou filho de Oxossi, não é? Olharam fundo nos meus olhos e disseram: “Você sabe que você é filho de Oxossi?” Eu falei: “Não, mas uma pessoa já me disse.” “Ah, você é filho de Oxossi.” Então, a grande sabedoria do Programa de Complementação Alimentar foi, mais uma vez, a obra comunitária. Porque o conceito de complemento alimentar já existia. Aí veio aquela discussão de programas de complemento alimentar e o *in natura*, o pessoal do Ministério da Saúde combatendo muito o complemento alimentar. Agora, eu perguntaria a vocês: por que é que um complemento alimentar é importante? Porque eu mascaro o sabor, consigo pegar uma proteína barata, uma soja, e colocá-la com um doce de um sorvete delicioso de baunilha. Ou seja, alimentos extremamente ricos em termos de conteúdo protéico, vitamínico e sabor. E há também a resistência, a perecibilidade. Eles são perecíveis, os alimentos *in natura* de uma maneira geral, e os outros são não perecíveis. Então, foi um projeto muito bom, vitorioso. Mas, ao meu ver, nada que se compare ao Casulo.

E o Ministério da Saúde não via isso com bons olhos por quê?

Porque defendia a linha de alimentos *in natura*, casando com pequenos e médios produtores. Tudo que você fizer na vida, vai ter opositores. Se você faz Creche Casulo, tem gente que não gosta. Se você faz o programa de complementação, tem alguém que não gosta da sua forma. Mas aí, quando, já no final, tinha toda a semântica, quer dizer, eu sabia

que a assistência social era investimento, eu sabia qual era a diferença entre assistência social e serviço social, assistencialismo, paternalismo... Eu era um “demônio” conceitual! Gostou? Quer dizer, eu batia muito. Muito educado, sempre comprometido, mas eu tinha todos os conceitos.

E qual era a troca, no caso da complementação alimentar, que fazia dela assistência social e não assistencialismo?

Era trazer a criança no outro mês. E aí você pesava as crianças, acompanhava, fazia o *follow up*; media a estrutura encefálica, fazia isso tudo e via o ganho de peso. Muitas vezes, quando não era o universo, era por amostragem. Jogava no computador; o trabalho era danado de envenenado. Parecia trabalho da Nasa.

Ele era complementar à Creche Casulo ou era independente?

Era independente da Creche Casulo.

E atuava em regiões onde não havia a Creche Casulo?

Tinha também, mas foram programas independentes.

A Creche Casulo foi muito mais abrangente em termos nacionais?

Foi. Quer dizer, o que vocês chamam de mais abrangente?

O programa de complementação alimentar foi implementado só em alguns lugares.

Mas era importante, porque nós víamos que ele funcionava em todas as estruturas de *follow up*. Os médicos verificaram que podiam fazer *follow up* com as crianças, que eram pesadas, eram amostradas, e que isso poderia ser tratado em computador. A gente poderia organizar os armazéns dentro das obras comunitárias, que não havia roubo em obras comunitárias. Milhares de coisas foram feitas, pesquisadas... Quer dizer, o projeto que se propôs poderia ser repetido em outras áreas. E eu acho que depois foi repetido em outras áreas. Mas nada se compara, mais uma vez, ao devastador avanço da Creche Casulo. Era uma coisa... Se você perguntar para qualquer pessoa da época, elas vão sorrir. Era uma delícia! Era o grande projeto.

Sua experiência na LBA foi boa?

Foi o melhor tempo da minha vida, foi meu tempo cidadão. Eu adorei a LBA. Fiquei com uma pena, porque o grupo que chegava... Eu nem posso dizer o que acho do Jair Soares. Eu achava que eles não entendiam nada da importância da assistência social. Eles não entenderam a conspiração de vértice, quer dizer, eles estavam a mil anos luz da gente: de um pequeno grupo da elite brasileira – não sei se assim ela se chama – que entendeu o momento e que, na hora que quis alavancar, de repente viu aquilo tudo... Eu nunca mais quis voltar para a área social. Nunca mais! Não volto nunca mais. Nunca mais vou ter aquela conspiração de vértice. Eu vivi aquela paixão com aquela mulher em Paris... Depois, cheguei no Rio e senti que foi uma paixão que nunca mais vai se repetir.

Como é, Luiz Fernando?

Foi como se fosse uma grande paixão, um momento maravilhoso que tenho certeza que não vai se repetir. Isso não vai ficar em depoimento. Vamos colocar em *off* essa parte... Quer dizer, é um momento que não vai se repetir: o presidente, o chefe da Casa Civil, o ministro do Planejamento e o ministro da Previdência, meu Deus, queriam aquilo! Aí, de repente, vai para água, para barrela. Pegaram o Casulo, mudaram o nome... Era como se pegassem sua filha, chamada Ana Maria, e chamassem de Samanta, de Pamela. O projeto foi desfigurado! Agora, o que houve? O que houve com o Irapuã, daqui da FGV? E o Marcos Vilaça? A Lea Leal adensou muito o processo de voluntariado, e o Marcos Vilaça e o Irapuã mostraram que o projeto poderia ser multiplicado. Tanto que o Casulo chegou a dois milhões. Mas o problema é que a Lea, o Marcos Vilaça e o Irapuã não tinham mais a conspiração de vértice. Quer dizer, aquele momento nunca mais vai se repetir, ao meu ver. Nunca mais vai voltar o Casulo. Eles mostraram que podiam, mas acontece que não havia mais aquele interesse de vértice com aquela intensidade.

É uma questão mesmo de situação política extremamente favorável. Quer dizer, havia pessoas chave...

É – eu tenho um medo de entrevistadora... –, de pensamento de governo. Gostaram?

Gostamos.

Quer dizer, uma situação de pensamento de governo. Eram quatro pessoas que tinham plena consciência e o presidente da Fundação, que era o Luiz Fernando. Vocês já imaginaram se o Simonsen continuasse? É o que eu falo: nem gosto de pensar, o Simonsen ministro mais cinco anos, ou quatro. Podia ser mais *oito* anos ministro de Planejamento. Imaginem o Jair Soares – por hipótese – interessado em alavancagem comunitária! Que o Golbery tivesse continuado, meu Deus! E que o Geisel ainda pudesse ter sido um bom interlocutor para o Figueiredo. Aí eu teria mudado... Eu não, o Brasil teria mudado o seu rosto social. A Creche Casulo já provocava contenção de nascimento de crianças, diminuição da taxa de prenes, por aí afora. Era um projeto! Então, a minha tristeza é que morreu a grande conspiração de vértice. O Brasil perdeu o seu momento social. E hoje tenta fazer casuísmos inteligentes, um voluntariado aqui, outro ali... Mas para arrancar, tem que vir o Casulo devastando, avançando. Não há outra forma.

Como é que você vê o Comunidade Solidária de hoje?

É um programa seríssimo, está certo, que está pesquisando interações entre governo e sociedade basicamente. É um laboratório pesquisando novas interações entre o governo e a sociedade. Acho que é um negócio que tem que existir.

E quando a LBA foi extinta, qual foi o impacto que isso trouxe para você? Politicamente, como você viu a extinção da LBA?

Eu fiquei de luto, fiquei devastado. Quer dizer, eu entendi – bobo não sou. Eu entendi que jamais teria uma conspiração de vértice. Só Deus. Ter o presidente querendo, ter o ministro-chefe da Casa Civil querendo, ter o ministro da Fazenda interessado, e que depois seria ministro de Planejamento, e o ministro da Previdência. Eu imaginava que o Golbery fosse continuar mais cinco anos, pelo menos. Aí eu ia colocar, quer dizer, íamos, a sociedade ia colocar o Casulo. E o Casulo ia realmente mudar o rosto social do país. Aí eu senti aquilo.

Não quis mais voltar para a área social. Eu fiz um trabalho em 1984, em que conto algumas dessas coisas, chamado *Social inadiável*, tem aí na Fundação Getúlio Vargas. É onde eu crio um indicador de condicionamento social e dou uma nota para os países. Coincidentemente, o Amartya Sen, que ganhou o Prêmio Nobel, seis anos depois fez um indicador social muito parecido com o meu. Vai ver que foi coincidência... O meu está na biblioteca da ONU, está na biblioteca do Congresso. Eu desenvolvi esses indicadores de condicionamento social, e se vocês quiserem, perguntem ao Chacel que ele vai dizer que o do Amartya Sen é muito parecido com o meu. Tenho um amigo muito gozado que diz que eu sou muito sem-vergonha. Que eu viajei no túnel do tempo, copiei o Amartya Sen no futuro e voltei para o passado [risos]. Mas então, respondendo a você, foi a única incursão que eu fiz. E o artigo da Celina. Eu sempre fui um homem da estratégia, e resolvi voltar para a estratégia. E com relação à área social, eu acho que vai se fazer muitas coisas. Agora estou entregando um livro chamado *Gestão cidadã – ações estratégicas para participação social*. Eu acho que vai se fazer muita coisa, mas enquanto o Casulo não voltar vai ser muito complicado.

Por que você acha que a LBA foi extinta?

A minha impressão é que a gestão da menina do Collor assustou muito as pessoas e aquilo criou uma imagem ruim para a LBA. E eu fico com pena, porque a LBA não valia pelo seu vértice, valia pela sua projeção. E essa perda de imagem de vértice fez com que a LBA fosse extinta. Eu fiquei com muita pena. Um dia, o Simonsen me chamou à noite, na casa dele... Eu era amigo fraterno do Simonsen, tanto que agora a Iluska fez um livro chamado *Mário* e eu sou o segundo depoente. Agora eu conheço milhares de pessoas que são amigas do Simonsen.

[FINAL DA FITA 2-A]

Mas ele falou: “O nosso projeto foi para água de barrela, a nossa idéia de alavancagem comunitária. Desencarna da LBA.” Eu falei: “Mas estão fechando... Isso é uma coisa horrível!” E ele falou: “O Fernando Henrique sabe. Só o Fernando Henrique sabe. Nós estamos fora do governo. Não sabemos por que o Fernando Henrique está fechando.” Eu acho que a pergunta não tem que ser feita a mim. A pergunta, eu aprendi com o Mário, tem que ser feita para a Ruth e as sociólogas do grupo dela de São Paulo e ao Fernando Henrique. Por que fecharam a LBA? Provavelmente eles tiveram boas razões. Quer dizer, não tem nenhuma ironia aqui. O que eu digo é o que o Mário Henrique falou: “Só o Fernando Henrique e a Ruth poderão dizer porque estão fechando.” “Ah, eu vou escrever, eu tenho vontade de escrever um artigo...” Ele falou: “Um só. Um só [risos]. Escreva um só.” Eu falei: “Pois é, eu escrevo um só e não precisa insistir.” Para quê?

Para a gente concluir, queríamos perguntar a você sobre a Lei Orgânica de Assistência Social. Ela teve um curso difícil, recebeu oposição de Collor. Como você a avalia?

Eu me desliguei tanto que não posso avaliar. Qualquer que seja a grande lei em termos de assistência social, ela vai ter defensores, e vão ter pessoas que vão contestá-la e agredi-la. Porque na cabeça da sociedade como um todo, voltando à minha tese de tristeza, assistência social é confundida com assistencialismo e paternalismo. Então, a sociedade fica muito arrepiada quando se fala qualquer coisa sobre assistência social. Seja municipalização, federalização... Porque eles sempre acham que aquele recurso está indo para o esgoto, que vai ser mal aproveitado. Então todas as leis vão ser combatidas, *todas*. Você vai ter pessoas que vão agredir todas as leis.

A assistência social é hoje muito mais um problema de preconceitos do que de conceitos. E o que me deixa, mais uma vez, profundamente decepcionado é porque nós só tivemos uma chance de mudar, que foi com o Casulo. Com o Casulo, a gente teria mudado. O Casulo não tinha inimigos. Você vai fazer mil entrevistas e vai ver que o Casulo foi um projeto avassalador. Se uma Unicef da vida avaliasse mal uma creche, tinha 900 indo bem. Você tinha a comunidade, era um grande projeto. Era o momento de você mostrar que aquilo era investimento, que dava resultado rápido e que alavancava a família, alfabetizava a família, profissionalizava a família. Esse foi o grande projeto. E quando esse projeto se perdeu, quando se perdeu a conspiração de vértice, eu verifiquei que a assistência social ia demorar mais 50 anos e ia continuar havendo uns 40 milhões de miseráveis. Porque esse projeto era o grande projeto para todos nós; para a sua empregada, para a filha do capataz, para o seu irmão na fazenda, para todos nós! O Brasil teve um momento de glória... Teve dois momentos: na fundação da LBA, – quando foi? Em 1942?

1943.

Em 1943, com a dona Darci. Aí é que ela mostrou que o voluntariado existia, existia a comunidade, e que isso era um veio sem tamanho, um garimpo. Ela foi a pessoa mais importante em assistência social do país. Dons Darci. Ela mostrou que era possível. E depois teve um outro momento em 78, em que eu diria que a minha participação foi de ter conceituado o quarto extrato, ter realizado outros programas e ter desenvolvido o Casulo. Mas muito mais importante do que a minha participação foi o interesse do vértice, que eu acho que nunca mais vai se repetir.

Muito obrigada. Você quer falar mais alguma coisa?

Não. Muito obrigado. Eu estou às ordens. É a primeira entrevista que dou, onde falo sobre a LBA, desde de 1979. Nunca mais falei. Pretendo não dar outra entrevista [risos].

Nós tivemos então esse privilégio.

Foi um prazer imenso.

[FINAL DO DEPOIMENTO]